



Comissão de Educação e Ciência

---

## Parecer

### **“Portugal na União Europeia – 2016”**

**Relatório apresentado pelo Governo sobre o acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia.**

**Autor(a):** Deputada  
Ana Mesquita (PCP)

## I. Nota Preliminar

No primeiro trimestre de cada ano, o Governo apresenta à Assembleia da República um relatório que permite o acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio.

No cumprimento desta disposição legal, a Comissão de Assuntos Europeus recebeu, a 31 de março de 2017, o Relatório intitulado *Portugal na União Europeia – 2016*, disponível para consulta em:

<http://arnet/sites/XIIILeg/COM/4CAE/DocumentosEntidadesExternas/c711b315-396b-48a8-a511-2e2fcec499c4.pdf>

A Comissão de Assuntos Europeus, de acordo com o estabelecido no artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, relativa ao «acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia», solicitou à Comissão de Educação e Ciência a emissão de parecer relativo às matérias cujo tratamento e análise lhe dizem respeito no Relatório *Portugal na União Europeia – 2016*.

## II. Introdução

O Relatório é organizado por 8 títulos que englobam as medidas do processo de integração da União Europeia. De acordo com o ofício da Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, compete à *Comissão de Educação e Ciência* a emissão de parecer no que diz respeito às matérias da sua competência, nomeadamente, o **Título IV – Políticas Internas na UE – o Capítulo IV – Competitividade (Mercado Interno, Indústria, Investigação e Espaço)** e o **Capítulo XI – Educação, Cultura, Audiovisual, Juventude e Desporto**.

Comissão de Educação e Ciência

No que se refere ao **Título IV, Capítulo IV – Competitividade** (Mercado Interno, Indústria, **Investigação e Espaço**), e no âmbito dos temas que cabem a esta Comissão, são abordadas as seguintes questões:

- *Investigação;*
- *Participação portuguesa no Programa Horizonte 2020 (2014-2020);*
- *Fórum Estratégico Europeu para as Infraestruturas de Investigação (ESFRI);*
- *Instrumentos do Espaço Europeu de Investigação (EEI);*
- *“European Open Science Cloud” (EOSC);*
- *Parcerias Europeias de Inovação (PEI);*
- *Política europeia de cooperação internacional em investigação e inovação;*
- *Ações COST – Cooperação Europeia em Ciência e Tecnologia;*
- **ESPAÇO.**

Já no que concerne ao **Título IV, Capítulo IX - Educação, Cultura, Juventude e Desporto**, na área dos temas que cabem a esta Comissão, foram tratados os seguintes temas:

- *Educação e Ensino Superior;*
- *Programa Erasmus +;*
- *Uma nova agenda de competências para a Europa.*

### **III. Apreciação**

#### **Título IV – “Políticas Internas na UE”**

#### **Capítulo IV – Competitividade (Mercado Interno, Indústria, **Investigação e Espaço**)**

##### **• INVESTIGAÇÃO**

Segundo o Relatório, o ano de 2016 foi marcado pelo debate de diferentes prioridades lançadas em conjunto pela Comissão e pelas Presidências, que conduziram à adoção de conclusões pelo Conselho Competitividade, sobre:

Comissão de Educação e Ciência

- i) o 7.º Programa-Quadro (PQ) e as perspetivas para o futuro – investimentos em I&I para o crescimento e emprego e soluções para os desafios sociais;
- ii) regulamentação favorável à investigação e da inovação (I&I);
- iii) transição para um regime de ciência aberta;
- iv) medidas destinadas a apoiar os investigadores em início de carreira, aumentar a atratividade das carreiras científicas e promover o investimento no potencial humano na investigação e desenvolvimento.

Refere-se o lançamento do debate, junto de parceiros europeus, sobre o desenvolvimento *de uma infraestrutura internacional destinada a promover a cooperação internacional no Atlântico, na sua dimensão norte-sul, no domínio da I&I, denominada “Atlantic International Research Center” (“AIR Center”) a localizar nos Açores.*

*De acordo com o descrito, a iniciativa “AIR Center” pretende o desenvolvimento de uma nova agenda de I&I que garanta um compromisso reforçado dos países que queiram aderir, assente na cooperação internacional transatlântica norte-sul, com vista ao aprofundamento do conhecimento do Atlântico. Reconhece a relevância de uma abordagem integradora, desde o mar profundo ao espaço, incluindo as interações atmosfera/oceano e energia, permitindo uma governação holística da região atlântica.”* É assinalado que se *“pretende alargar a cooperação científica do Oceano Atlântico Norte ao Atlântico Sul e expandi-la para outras disciplinas científicas, aproveitando as tecnologias mais avançadas, permitindo um conhecimento integrado do Atlântico e a gestão dos seus recursos envolvendo os decisores, a investigação, a indústria e atores públicos, bem como a sociedade, através da implementação de uma infraestrutura, com estatuto de organização internacional.*

- **Participação portuguesa no Programa Horizonte 2020 (2014-2020)**

Foi concluído o apuramento do segundo ano completo de concursos (iniciado em 2015) e implementado o primeiro ano do segundo programa bianual do H2020 (2016-2017). Deu-se início à discussão sobre os termos de referência para a avaliação intercalar do H2020, cuja conclusão está prevista para o final de 2017.

Comissão de Educação e Ciência

O resultado dos concursos de 2015 do H2020, conhecido no segundo semestre de 2016, mostrou, de acordo com o enunciado no Relatório, *que as entidades nacionais obtiveram o segundo melhor resultado de sempre na captação de verbas dos vários Programas-Quadro europeus, só ultrapassado pelo desempenho em 2014.*

Quanto a 2016, no final do ano apenas estavam apurados os resultados correspondentes a perto de 6220 milhões de euros dos cerca de 8500 milhões de euros colocados a concurso, correspondendo a um financiamento de 106,7 milhões de euros, ou seja, 1,71% do financiamento global.

Ainda sem o apuramento dos resultados dos “Advanced Grants” do European Research Council, só tornados públicos no 1.º trimestre de 2017, foram obtidas 9 bolsas ERC para investigadores a trabalhar em instituições nacionais, estando traçada uma meta de 10/ano durante o H2020.

- **Fórum Estratégico Europeu para as Infraestruturas de Investigação (ESFRI)**

Em 2016, Portugal continuou a participar neste Fórum, enquanto membro do grupo responsável pela avaliação da maturidade das propostas de novas infraestruturas de investigação europeias a integrar o Roteiro Europeu em 2018 e também, segundo o Relatório, *no envolvimento de membros da comunidade científica nacional nos Grupos de Trabalho do Ambiente, da Energia, das Ciências Físicas e Engenharia e das Infraestruturas Digitais.*

Salienta-se também que a *decisão de aderir a sete ERIC (“European Research Infrastructure Consortium”)* tornou necessária a representação nacional nos conselhos de administração das respetivas infraestruturas europeias.

- **Instrumentos do Espaço Europeu de Investigação (EEI)**

Refere-se que, no final de 2016, Portugal participava em 66 instrumentos EEI distribuídos por todos os domínios científicos.

A nível institucional, em 2016, é descrito que Portugal assumiu a coordenação do projeto europeu, cofinanciado pela Comissão no âmbito do Horizonte 2020, intitulado

Comissão de Educação e Ciência

“Implement a European-wide coordination of research and innovation programs on raw materials to strengthen the industry competitiveness and the shift to a circular economy” (ERA-MIN 263).

- **Parcerias Europeias de Inovação (PEI)**

É enumerada a participação de Portugal em várias PEI durante 2016:

- PEI para o Envelhecimento Ativo e Saudável, onde ao consórcio Ageing@Coimbra (existente desde 2012) se juntou agora o consórcio Porto4Ageing;
- PEI para a Produtividade e Sustentabilidade Agrícolas, com um financiamento global de cerca de 3,8 milhões de euros para equipas portuguesas;
- PEI Água, tendo o Porto sido selecionado para organizar a conferência anual da PEI Água, a ter lugar em setembro de 2017;
- PEI Matérias-Primas, onde Portugal mantém o nível de participação;
- PEI Cidades e Comunidades Inteligentes, com 11 cidades portuguesas envolvidas.

- **Política europeia de cooperação internacional em investigação e inovação**

Segundo o Relatório, *além da participação no Fórum Estratégico para a Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia (SFIC), Portugal continuou a participar nos diálogos políticos UE América Latina e Caraíbas, Europa-Mediterrâneo, Europa-África Subsariana e Europa-Índia.*

Durante 2016, foram financiados, a nível nacional:

- sete projetos colaborativos na região Euro-Latino-Americana e Caraíbas (investimento nacional de 767.159 euros);
- nove projetos na região Euro-Mediterrânica (investimento nacional de 872.330 euros);
- dois projetos na região Euro-Indiana (investimento nacional de 336.726 euros).

Outras referências neste âmbito:

- no plano do Diálogo Político de Alto Nível (HLPD) UE-África nos domínios da Ciência, Tecnologia e Inovação, é assinalado o contributo de Portugal para a elaboração do Roteiro da Parceria Estratégica de Investigação e Inovação em “Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Sustentável”;

Comissão de Educação e Ciência

- o papel desempenhado por Portugal na implementação do Roteiro do HLPD, em particular na coordenação do pacote de trabalho sobre Monitorização e Avaliação dos projetos a financiar no âmbito da ERANET Cofund “A long term EU-Africa research and innovation partnership on food and nutrition security and sustainable agriculture (LEAP-AGRI)”;
- a colaboração na escolha do segundo tema prioritário da parceria UE-África, cujo domínio recairá sobre o tema “Global Change”;
- os concursos da Parceria entre Europa e Países em Desenvolvimento para a Realização de Ensaios Clínicos (EDCTP) que geraram projetos colaborativos entre investigadores de Portugal com Angola, Guiné-Bissau e Moçambique;
- os passos dados relativamente ao estabelecimento da Parceria para a Investigação e Inovação na Região do Mediterrâneo (PRIMA), a lançar em 2017, e cujos primeiros concursos nas áreas dos sistemas alimentares, recursos hídricos e migrações estão previstos para 2018. Portugal pertence ao grupo dos países com compromisso já comunicado.

- **Ações COST – Cooperação Europeia em Ciência e Tecnologia**

*Consta do Relatório que estão em curso cerca de 350 Ações COST, das quais 95% contam com participação portuguesa. Mais de 1000 investigadores nacionais, dos quais 40% identificados como jovens investigadores, tiveram acesso direto a fundos da COST em 2016 (estimados 1,6 milhões de euros), encontrando-se Portugal no grupo dos países membros que mais beneficiam do orçamento dedicado da COST para atividades colaborativas.*

*O concurso de 2016 viu aprovadas 25 novas Ações COST, sendo uma delas coordenada por Portugal e tendo o nosso país participado na elaboração de 13 propostas adicionais (56% de envolvimento nas propostas aprovadas).*

A nível organizacional e institucional, Portugal foi nomeado para o Conselho Executivo e expressou o interesse em assumir a Presidência da Associação COST no período 2019-2021.

- **ESPAÇO**

Aspetos salientados no Relatório:

Comissão de Educação e Ciência

- apresentação, em outubro, da Comunicação da Comissão sobre a Estratégia Europeia para o Espaço (EEE);
- assinatura, em simultâneo, de uma Declaração Conjunta da UE e da Agência Espacial Europeia (ESA) que define os objetivos comuns para a evolução do sector espacial na Europa e uma visão partilhada para o seu desenvolvimento, centrada num modelo de cooperação mais articulado entre as duas instituições;
- apoio nacional a iniciativas para promover a exploração de dados espaciais, em particular dos programas Copernicus e Galileo, que estão a entrar numa fase operacional;
- realização, em dezembro, da reunião Ministerial da ESA que definiu a estratégia e o orçamento para o próximo período programático, tendo Portugal adicionando à ESA subscrições de 30,5 milhões de euros para os próximos 6 anos;

**Capítulo XI – “Educação, Cultura, Audiovisual, Cultura e Desporto”**

- **EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR**

Reporta-se que nos *Conselhos Educação, Juventude, Cultura e Desporto (EJCD)* de maio e novembro foram adotados diversos textos, que sublinham e relevam a importância estratégica da educação para o desenvolvimento das competências e para a sustentabilidade do emprego, do crescimento e da competitividade.

- **Programa ERASMUS+**

Os dados referentes ao ano em análise mostram o aumento do número de mobilidades no quadro do ensino superior, com mais de 10.000 projetos Erasmus aprovados, dos quais cerca de 900 para a dimensão internacional do ensino superior. É indicado que *Portugal recebeu 15,7 milhões de euros para o desenvolvimento de ações no âmbito do ensino superior, em que se insere o projeto de mobilidade Erasmus.*

Segundo o Relatório, o programa Erasmus+ terá abrangido, entre 1987 e 2015, um total de cerca de 81.560 estudantes portugueses e três milhões ao nível da União Europeia.

- **Uma nova agenda de competências para a Europa**

É relatada a apresentação em junho, pela Comissão Europeia, da Comunicação “Nova Agenda de Competências para a Europa”. Assinala-se que, *segundo estudos realizados sobre a matéria, 70 milhões de europeus carecem de competências adequadas de leitura e de escrita e são ainda mais aqueles a quem faltam competências digitais. Esta situação coloca-os em maior risco de desemprego, pobreza e exclusão social.*

Das 10 ações previstas nesta matéria, quatro foram lançadas imediatamente:

- Garantia para as Competências;
- Revisão do Quadro Europeu de Qualificações;
- Coligação para a criação de competências e emprego na área digital;
- Plano de Ação para a cooperação setorial em matéria de competências.

#### **IV. Conclusões**

- 1-** O Relatório/Parecer foi apresentado ao abrigo do disposto na alínea f) do artigo 163.º da Constituição da República Portuguesa e da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, relativo ao acompanhamento pela Assembleia da República da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia;
- 2-** O presente Relatório/Parecer abrange especificamente o **Título IV – Políticas Internas na UE**, designadamente, o **Capítulo IV – Competitividade (Mercado Interno, Indústria, Investigação e Espaço)** e o **Capítulo XI – Educação, Cultura, Audiovisual, Juventude e Desporto**;
- 3-** Este Relatório/Parecer destina-se a constituir um contributo da Comissão de Educação e Ciência para o Relatório Final, que será preparado pela Comissão de Assuntos Europeus;

- 4- O Relatório da Participação de Portugal na Construção da União Europeia elaborado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direção Geral dos Assuntos Europeus, referente ao ano de 2016, apresenta-se genericamente como um documento ilustrativo das Políticas, Diretivas e Recomendações provenientes da UE, e da sua aplicação a nível interno;
- 5- Verifica-se que, em 2016, se mantiveram, no essencial, as linhas estruturantes do processo de integração da política europeia de Portugal, tendo o Governo Português concretizado e aprofundado matérias centrais, do âmbito da Comissão de Educação e Ciência.

#### V. Parecer

Considerando o exposto, e não havendo nada que se oponha, a Comissão de Educação e Ciência é de parecer que o presente relatório se encontra em condições de ser remetido à Comissão Parlamentar dos Assuntos Europeus para conhecimento e apreciação.

Palácio de São Bento, 10 de maio de 2017

O Deputado autor do parecer



(Ana Mesquita)

O Presidente da Comissão



(Alexandre Quintanilha)